

Ata número **quarenta e sete** da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades

Ao décimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu, sob a presidência de Maria Elisa Pratas Rodrigues, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, no Salão Nobre do edifício da União de Freguesias, em São Martinho do Bispo, Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I. Período antes da ordem do dia;
 1. Leitura e aprovação da ata nº 46;

- II. Período da Ordem do dia:
 2. Informações do Executivo
 3. Prestação de Contas da União de Freguesias
 4. 1ª revisão orçamental e integração do saldo de gerência de 2023
 5. Contratos Interadministrativos
 6. Regulamento da Semana Cultural de São Martinho do Bispo

Aberta a sessão pela Presidente de Mesa da Assembleia, esta perguntou se alguém tinha algo a dizer e João Pinto Ângelo questionou sobre a instalação de gás natural, que estava a decorrer na Ribeira de Frades. Referiu também que a Junta deveria estar presente na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, para a qual recebeu um convite.

Edmundo Pais perguntou se Paulo Dias foi convocado para a Assembleia e a PA respondeu que sim uma vez que a suspensão de 365 dias tinha terminado mas que o mesmo não respondeu à convocatória.

Às questões o PE respondeu que a operação do gás natural era um complemento a outra já iniciada anteriormente e que só não era mais ampliada porque a Câmara Municipal não permite que ruas pavimentadas há menos de três anos tenham intervenções, exceto se a empresa pavimentar a mesma estrada na sua totalidade. Sobre as comemorações do 25 de Abril o PE disse que a Junta estava inserida e que tinha havido, recentemente, a passagem

pela UF de uma chaimite, apoios a atividades em algumas escolas da UF, uma caminhada e a presença em várias atividades em Coimbra. Confirmou também que Paulo Dias recebeu a convocatória e que nada disse sobre a falta. Alcino Silva tomou a palavra e convidou, na qualidade de representante de pais da EB dos Casais, todos a estarem presentes nas festividades sobre o 25 de Abril. Comunicou também que houve um abaixo-assinado para a alteração de algumas das linhas dos SMTUC e pediu a interceção do presidente da junta. O PE disse que teria sido mais prático ter comunicado à Junta, para interceder em simultâneo.

Período antes da Ordem do dia.

Ponto nº1, Leitura e aprovação da ata nº 46.

Sendo a leitura da ata dispensada, esta foi colocada a votação e a ata nº 46 foi aprovada por unanimidade.

Ponto nº2, Informações do Executivo.

O PE tomou a palavra e referiu que a informação sobre os trabalhos realizados nos últimos tempos foi feita exaustivamente, salientando-se a realização da reunião de câmara de abril, no salão nobre da Junta de Freguesia de São Martinho do Bispo, onde foram sugeridas algumas obras a serem executadas nas nossas freguesias, como a Biblioteca Anexa Municipal. Referiu também que o atraso na transferência do apoio ao funcionamento das freguesias está a obrigar a alguma ginástica financeira da parte do Executivo, para cumprir as suas obrigações.

Edmundo Pais questionou sobre a obra indicada à Câmara Municipal e o PE respondeu que indicou mais do que uma, mas a que tinha referido era a construção de uma Biblioteca Anexa, junto à Igreja Paroquial de São Martinho do Bispo e outra seria a construção de um parque de lazer, perto do campo do Esperança, com uma área verde, uma piscina a céu aberto e estruturas de apoio. Ambas candidatas ao PT2030.

Ricardo Silva destacou a colocação de barracas para venda de frutas e legumes nos locais onde se costumam realizar feiras e mercados.

Bruno Batalha questionou pelo ponto de situação e novidades sobre a linha de Alta Velocidade.

Paulo Pereira questionou o presidente sobre a variante São Martinho-Santa Clara, que tinha sido referida na Assembleia Municipal.

O PE começou por responder que colocaram mais algumas barraquinhas na Praceta Padre Júlio Marques e que se mandou fazer 50 barracas daquelas, apoiadas por fundos europeus. Sobre o comboio de Alta Velocidade, diz que a CMC se importa mais com a estação de Coimbra B do que com a população local. A junta de freguesia está a trabalhar com uma associação ambientalista que tem uma proposta para deslocar a estação de Coimbra B, e paragem do TGV para a zona dos Casais do Campo, complementada por comboios e autocarros a fazerem a ligação a Coimbra. Disse também que o arquiteto espanhol que fez o projeto da nova estação quer transformar o espaço num local com comércio, escritórios e habitações, com 4 torres. Mas que demolir perto de 193 habitações por causa de 4 comboios diários (Alta Velocidade), não parece uma boa causa para tal alteração. Referiu também que o estudo de impacto ambiental é favorável à construção da linha, com várias condicionantes, mas que não são referidas em nenhum lado. No estudo desaparecem vários arruamentos, não dando soluções para os habitantes que servem desses arruamentos para entrar em casa. O troço da nossa região ainda não foi a concurso e neste momento não se tem conhecimento de mais informações. Em resposta a Paulo Pereira diz que está contemplada com 70.000€, mas só para a execução do projeto. Existem algumas dezenas de terrenos bloqueados para projetos, por causa dessa via, mas já o estão assim há dezenas de anos e assim o vão continuar, como o terreno em frente aos CTT, em São Martinho do Bispo, onde a junta quis fazer alguns campos de lazer desportivo e a CMC não permitiu.

Ponto 3 – Prestação de Contas da União de Freguesias

Edmundo Pais referiu que na página 5 está um ponto relativo à semana cultural e que a parte da despesa desta deveria ser repensada. Depois, nas páginas 17 e 21 sugere que os gráficos fossem com outras cores para se distinguir e interpretar melhor. Na página 23

diz que se gastaram 10.000€ de receita própria para se executarem obras que faziam parte da competência dos contratos interadministrativos, questionando se esse valor já foi pago. Bruno Batalha salientou que fez parte da comissão de festas da Ribeira de 2023 e que sem o investimento da Junta seria impossível fazer face aos encargos que se apresentam para as festas serem realizadas, mesmo assim, o investimento é curto para o que se pretende fazer e para apresentar bons resultados aos habitantes da nossa freguesia. Alcino Silva disse de seguida que a realidade é que temos de passar por um período de investimento até as atividades serem autossuficientes, e que as festas também servem para as coletividades terem uma forma de financiamento. Soraia Magano tomou a palavra e questionou que na última página, na parte de transferências e subsídios concedidos, existem duas coletividades (Rancho do Mondego e Ceifeiros da Corujeira) que tiveram direito a um subsídio e gostaria de saber o porquê e se estaria previsto o retorno desses subsídios e em que forma. Ricardo Silva mostrou-se preocupado com as despesas de capital usando-se a verba de receitas correntes para realização de obras por administração directa, dinheiro que poderia ser encaminhado para outras finalidades.

O PE tomou a palavra e respondeu a Edmundo Pais dizendo que o investimento na semana cultural é uma balança com dois pratos uma vez que a semana cultural tem cada vez mais procura, mas também existe bastante dificuldade em arranjar artistas e cumprir com os seus caprichos, como sistema de som, luzes, cachê e pedidos especiais. Sobre as obras, houve um muro de suporte da rua da fonte dos Carvalhos que ruiu e estava a por em causa a estrada que tinha sido pavimentada há relativamente pouco tempo e a junta teve que fazer essa obra com dinheiros próprios. A Bruno Batalho disse que quanto maior for o investimento maior é o retorno das coletividades.

Este ano haverá a novidade de uma tenda grande em frente às tasquinhas, para que a imagem seja uniformizada e que todos tenham as mesmas condições para os visitantes do certame. Respondeu a Soraia Magano que são dois grupos que solicitaram apoio à junta para ajudar com os custos da renda dos locais onde estão, pois não tiveram retorno durante o tempo em que estiveram parados. Às questões de Ricardo Silva disse que são tipos de despesas diferentes e explicou a diferença entre elas.

O ponto 3 foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – 1ª revisão orçamental e integração do saldo de gerência de 2023

O PE tomou a palavra e disse que este ponto é para integrar o saldo de 31 de dezembro de 2023 nas contas do orçamento de 2024. O saldo de 9 841,20€ foi dividido por algumas rubricas que precisavam de ser reforçadas, entre elas o ponto 02.01.04 - manutenção das escolas públicas (material de limpeza), onde se suspeita que algum material é desviado para fins particulares e o ponto 02.02.02 – aluguer de equipamentos/serviços para limpeza e higiene.

Edmundo pergunta se não valeria a pena pagar uma consultadoria para saber a quantidade de produto necessário para a limpeza dos espaços, para haver um limite de material gasto. Alcino Silva disse que existe material que pode ser desviado, mas que o número de alunos na freguesia aumentou exponencialmente e por isso pode haver um aumento de gastos com material e deu o exemplo de uma associação a que pertence, onde contrataram uma empresa que colocou doseadores para limitar o uso dos detergentes e que resultou numa diminuição de gastos. Edmundo Pais voltou a pedir a palavra e disse que aumentaram os alunos, mas a área de limpeza é a mesma devendo assim definir-se um limite de utilização de produtos.

O ponto 4 foi colocado à votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 – Contratos Interadministrativos

O PE tomou a palavra e referiu que já se começaram a executar alguns pontos do contrato. Alguns dos pontos relativos às escolas têm *timings* para serem realizados (período de férias dos alunos) outro será a limpeza de arruamentos, espaços verdes e jardins. Estes pontos e mais alguns sofreram uma atualização dos valores de 2023 para 2024.

Edmundo Pais perguntou se este contrato engloba alguma reflorestação dos espaços verdes das escolas. O PE respondeu que o contrato não integra essa reflorestação, mas que não custa pedir à CMC essa reflorestação e que pode ser integrada noutros contratos. João Pinto Ângelo questionou o valor de 0,95€/m² na escola Inês de Castro, enquanto que noutras escolas o valor é 0,40€/aluno. O PE disse que esse valor foi negociado com a CMC, sendo a primeira proposta de 0,50€/m² e a proposta da Junta 1€/m². Depois chegaram a um acordo, ficando o valor em 0,95m². Sobre a transferência de competências

houve um aumento do valor dos espaços verdes e limpeza de arruamentos de edifícios escolares.

O ponto 5 foi colocado à votação e aprovado por maioria.

Ponto 6 – Regulamento da Semana Cultural de São Martinho do Bispo

O PE informou que as taxas aumentaram um pouco, relativamente ao ano passado.

Edmundo Pais sugeriu alterar o artº 18 e que o valor de entrada de moradores da freguesia seja reduzido na entrada, com compra antecipada na junta de freguesia.

O PE volta a ter a palavra e sobre os bilhetes aos habitantes da freguesia diz que o mais provável era o pessoal da freguesia comprar para dar a pessoas de fora. Sobre a sugestão de alteração do artº 18 Vítor Duarte disse que um ponto era para as pessoas que já estão no recinto e que o outro ponto era para as pessoas em geral. Mas o que interessa é haver uma norma, para o caso de haver conflitos. Referiu também que o interesse da semana cultural é captar associações e comerciantes da freguesia para mostra e que o dinheiro que eles pagam pelo espaço não chega para pagar as despesas que a junta tem com eles. Edmundo Pais perguntou se sabiam o dinheiro que as coletividades conseguiam “arrecadar”, para fazer face às despesas que têm no evento. O PE disse que continuam a pensar que o sistema utilizado é mais correto, em vez de chegar às coletividades e dar um brinde de mão beijada. Assim obriga as coletividades a fazer algo em prol delas.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas vinte e três horas, agradecendo a colaboração do PE assim como dos membros da Assembleia, desejando um bom fim-de-semana a todos os presentes.

A Mesa:

Maria Elisa Pratas Rodrigues, Presidente da Assembleia de Freguesia

Joana Rita da Costa Balhau, Primeira Secretária

António Jorge do Vale Leitão Lemos, Segundo Secretário